

LEI N° 3.180, DE 19 DE JULHO DE 2023

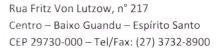
"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE MAUS-TRATOS E CRUELDADE CONTRA ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU/ES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica proibida à prática de atos de abuso, maus-tratos e crueldade contra animais no âmbito do Município de Baixo Guandu.

Parágrafo Único. Entende-se por animais todo ser vivo pertencente ao reino animal, excetuando-se o Homo Sapiens.

- **Art. 2º**. Define-se como maus-tratos e crueldade contra animais as ações diretas ou indiretas, capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte.
- § 1º Entende-se por ações diretas aquelas que, volitiva e conscientemente, provoquem os estados descritos no caput, tais como:
 - I abandono em vias públicas, em residências fechadas ou inabitadas;
 - II agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo, tais como:
 - a) espancamento;
 - b) uso de instrumentos cortante ou contundentes;
 - c) uso de substâncias químicas, tóxicas, escaldantes e fogo;
 - III privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie; e
 - IV confinamento, acorrentamento ou alojamento inadeguado.
- § 2º. Para efeitos do inciso IV do art. 2º desta Lei, entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais.
- § 3°. A restrição à liberdade de locomoção ocorre por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.
- § 4º. Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo vaivém, que proporcione espaço suficiente para se movimentar, de acordo com as suas necessidades.
- § 5°. A liberdade de locomoção do animal deve ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias.





- § 6°. É proibido o confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observandose:
 - I dimensões apropriadas à espécie, necessidade e tamanho do animal;
 - II espaço suficiente para ampla movimentação;
 - III incidência de sol, luz, sombra e ventilação;
- IV fornecimento de alimento e água limpa, além de continuo atendimento das suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;
 - V asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal; e
- VI restrição de contato com outros animais agressivos ou portadores de doenças.
 - § 7°. Fica vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.
- **Art. 3º.** Os animais que sofrerem os maus-tratos de que trata esta Lei deverão ser recolhidos e, imediatamente enviados aos cuidados do órgão competente da Prefeitura Municipal, ou a organizações não governamentais, que tenham como finalidade o cuidado de animais vítimas de violência ou abandono.
- **Art. 4°.** Em caso de infração desta Lei, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Municipal nº 2362/2006.
- **Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19/0#2023

PYETRA DALMONE LASE PAIXÃO

Secretária Municipal de Administração e Comunicação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicação Mural – Art. 90, Lei 1380/90 – Emenda 013/2005)

PYETRA D. L. PAIXÃO, Secretária Municipal de Administração e Comunicação, por nomeação na forma da Lei.

CERTIFICA ter sido afixado, nesta data, no Mural da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – ES, o Decreto nº 3.180, de 19 de julho de 2023, que "Dispõe sobre a proibição da prática de maus-tratos e crueldade contra animais no Município de Baixo Guandu/ES", nos termos do disposto no art. 90, inciso II, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de abril de 1990 – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Baixo Guandu (ES), 19 de julho de 2023.

PYETRA D. L. PATXÃO

Secretária Municipal de Administração e Comunicação